EXMO^(a). Sr^(a). JUIZ^(a) DE DIREITO DA 1^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO

AUTOS N. 7051747-19.2016.822.0001

MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, devidamente qualificado neste feito, por meio de sua *Procuradoria Geral*, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO** em face de Decisão prolatada, em 30/12/2016, tendo como fatos e razões seguintes:

Em primeiro lugar, pedem-se escusas, à Vossa Excelência, em razão do equívoco cometido pelas autoridades administrativas que procederam depósito em Conta Judicial de valores que foram liberados em atendimento ao Acordo homologado na data de 21/12/2016.

Em razão dessa Devolução de valores à Conta Judicial, Vossa Excelência, no Despacho datado de 30/12/2016, entendeu por bem em declarar "*prejudicado o acordo entabulado*".

Acontece Excelência, que essa devolução se deu por entenderem que não havia meios de se operacionalizar a decisão por questões Orçamentárias, sobretudo, porque, o pedido se deu no encerramento da Gestão anterior, isto é, em meio a situação de excepcionalidade.

Com a devida *venia*, é evidente que não havia necessidade de se efetuar a referida devolução a Conta Judicial, uma vez que o pagamento dos servidores que assinaram o Acordo, bem como o pagamento daqueles que não aderiram-no, dependia apenas de questões de natureza orçamentária .

Ressaltamos nesta oportunidade, Excelência, **que no momento existe um fato novo**, a ser observado , qual seja: a nova Gestão já providenciou a regularização quanto aos aspectos Orçamentários, por intermédio da LOA/2017, com a elaboração de Decreto para abertura de Crédito Adicional, com vistas a contemplar essas despesas e, conseqüentemente, atender o Acordo Homologado por esse juízo, com trânsito em julgado.

Neste passo, informa-se que, por medida de Cautela, a Procuradoria do Município protocolou ofícios endereçados ao Secretário de Administração e Secretário da Fazenda advertindo-os da necessidade de disponibilizarem recursos, tanto para atender, assim como, para preservar os direitos daqueles que não aderiram ao acordo mencionado , conforme cópia dos ofício nº 571/GAB/2016.

Diante do Exposto, conclama-se a Vossa Excelência que em face dos novos fatos apresentados, adote medidas de Lídima justiça, "maxime", considerando que:

1 - Em cumprimento aos termos do Acordo entabulado, Já ocorreu a implantação dos valores advindos do quinquênio tendo como base de cálculo a remuneração dos servidores municipais ,conforme ato do Executivo Municipal.

Dessa forma resta tão somente o pagamento dos valores retroativos que estão devidamente depositados em conta judicial, estando, portanto, parte do acordo já cumprido.

2 - os valores devolvidos pelo Município de Porto Velho a este juízo, num montante de R\$ 12.440.510,05(*doze milhões quatrocentos e quarenta mil quinhentos e dez reais e cinco centavos*) pertencem a todos os servidores municipais atingidos pela decisão havida nos autos da Ação Civil Pública n. **0023518-45.2011.822.0001**, sendo certo, portanto, que a destinação deste numerário deverá contemplar todos os beneficiados pela decisão citada - *sindicalizados ou não, conforme planilha já apresentada nos autos.*

3 - o valor existente para pagamento - R\$ 12.440.510,05(*doze milhões quatrocentos e quarenta mil quinhentos e dez reais e cinco centavos*) - foi tido como base de cálculo, isto é para fins proporcionais, confrontando-se ao montante do débito, para se chegar ao valor do deságio que se noticiou a este juízo por meio de tabela própria **ID 7711240, 7711241 e 7711242.**

5 - assim tem-se de forma clara que todos os servidores serão beneficiados pelo acordo em valores proporcionais ao que têm a receber. Todavia, os servidores descontes com a transação entabulada - sejam eles sindicalizados ou não terão - seus valores resguardados, eis que, a proporcionalidade se deu no montante do débito relativo a todos os servidores e não apenas aos sindicalizados, ou seja, o valor do depósito judicial que se pretende a liberação **será utilizado para pagamento de todos os servidores, não somente os sindicalizados**, o que demonstra o caráter equânime e justo do que se pactuou.

6 - afirma-se, de forma peremptória, nobre magistrado: os valores proporcionais dos servidores não albergados pelo acordo, ou que se demonstrarem insatisfeitos não serão utilizados para qualquer outra finalidade, estando tais numerários à disposição do Poder Judiciário quando da resolução da querela referente aos servidores não aderentes ao acordo. Desta feita, não há possibilidade de prejuízo aos que não anuírem com o que pactuado.

7 - há mais, e com as vênias de estilo, não se pode conceber, douto julgador, que quase três mil servidores que serão beneficiados e que aceitaram a proposta de acordo sejam prejudicados no tocante ao tempo do recebimento por desconformidade manifestada por um número mínimo de beneficiados - *nestes autos se manifestaram 06(seis) servidores -*, e, ainda que o façam de forma legítima, os valores destinados aos não aderentes ao acordo estará resguardado junto a municipalidade.

8 - por fim vale destacar que as questões de natureza orçamentária, que foram objetos de questionamentos encontram-se devidamente regularizadas em conformidade ao que

dispões o art. 6º da LOA/2017.

9 - Por outro lado, cabe acentuar, que não existe nenhum pedido de desistência do Acordo entre o Município, Sindicatos e beneficiários. Pelo contrário, todos tem peticionado em conjunto no sentido de prevalecer o que foi pactuado e Homologado por Sentença desse Juízo.

DO PEDIDO

Ante o exposto, e considerando que o atual Chefe do Executivo Municipal, em reunião com os beneficiários e com os Sindicatos manifestou o desejo de envidar esforços para cumprir, na íntegra o Acordo firmado, e dado o senso de justiça desse Intemerato Magistrado, requer seja admitida o **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**, para fins de preservar o Acordo Homologado por esse juízo, com a liberação dos valores ao Município de Porto Velho, conta e agência informadas na petição de **ID 7824448¹**, para que possamos operacionalizar as devoluções dos valores aos servidores municipais, segundo os fins que se destinam, tanto para os que aderiram, quanto para os que não aderiram ao Acordo.

Termos em que pede deferimento.

Porto Velho, 04 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIZ STORER JÚNIOR
PROCURADOR GERAL DO MUN. DE PORTO VELHO
OAB/RO 761

Município de Porto Velho, CNPJ 05.903.125/0001-45, agência n. 2757-X, conta n. 8767-X, Conta Salário do Município, Banco do Brasil.

Imprimir